**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE DIREITO
TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO AMBIENTAL II
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DIREITO**

TRABALHO III: CASO SAÚL LUCIANO LLIUYA *VERSUS* RWE

Grupo:

Gabriela Cunha - N° USP: 7636134
Giovanna Hallage Coltri - N° USP: 9352715
Maria Vitória P. Monteiro - N° USP: 9766860
Renan Brienza Simões - N° USP: 8996503

São Paulo

2018

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a ação judicial movida por _ contra a empresa RWE em novembro de 2015 visando a reparação de danos ambientais causados pela empresa em decorrência do caráter poluente da sua atividade econômica, responsável pela emissão de altos níveis de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera terrestre.

O autor da demanda aponta diversos danos ambientais provocados pelo efeito estufa e pelo aquecimento global, ambos intensificados pela presença de GEEs na atmosfera, principalmente o aumento do nível do lago Palcacocha, localizado perto de sua residência, que teria levado o autor, juntamente com as autoridades locais, a investir em materiais de proteção para as casas da região afetada por enchentes.

A demanda que aqui se pretende estudar pode ser considerada um litígio climático, uma vez que a causa de pedir e a fundamentação do pedido estão intimamente ligadas a questões de mudança do clima. Nesse sentido, faremos uma breve exposição sobre os principais elementos da ação: partes, fatos, pedidos, fundamentação, decisões proferidas.

PARTES

O autor da demanda, Saúl Luciano Lliuya, é um peruano que habita perto da região de Huaraz, no oeste do Peru, onde trabalha como guia turístico na região dos Andes. A decisão pelo ajuizamento da demanda foi motivada pela interferência direta que as mudanças climáticas intensificadas pela empresa RWE estava exercendo em sua vida e em sua comunidade, gerando riscos de enchentes graves que poderiam comprometer a sobrevivência das pessoas da região e destruir suas casas e bens.

Dessa forma, a parte autora é uma pessoa física. Entretanto, Lliuya recebeu assistência jurídica de uma organização não governamental (“ONG”) alemã (Germanwatch) para propor a ação, bem como durante o seu transcurso. Essa ONG atua buscando, paralelamente às negociações

internacionais sobre mudanças climáticas, meios para garantir os direitos das pessoas diretamente afetadas pelas consequências das mudanças climáticas, inclusive no âmbito jurídico.

RWE é um grupo de empresas cuja atividade econômica principal é a geração de energia elétrica. É uma das maiores poluidoras da Europa no tocante à emissão de gases de efeito estufa. De acordo com informações disponíveis no site da ONG Germanwatch, um estudo conduzido em 2014 concluiu que a empresa era responsável, na época, por aproximadamente 0,5% de todos os GEEs emitidos pela atividade humana desde o início da industrialização. Nesse sentido, a demanda judicial que iremos analisar tem como réu uma pessoa jurídica, uma empresa.

HISTÓRICO

A demanda foi proposta em novembro de 2015 em Essen, grande cidade alemã com forte concentração industrial. A jurisdição alemã foi escolhida pois, no Código Civil Alemão existem previsões de instrumentos jurídicos para impedir o incômodo e o risco causado por determinadas atividades.

A sequência de fatos ocorridos está demonstrada abaixo¹:

- **24.11.2015:** Saúl Luciano Lliuya ajuíza o processo, que é classificado pelo Tribunal Distrital de Essen como "uma questão legal com significado fundamental".
- **Junho de 2016:** Na defesa apresentada, a RWE contesta sua responsabilidade pelos danos causados pela mudança climática nos Andes e nega que a Huaraz enfrenta um risco de inundação.
- **24.11.2016:** A primeira audiência ocorre em meio à grande interesse nacional e internacional, tendo a decisão sido adiada.
- **15.12.2016:** O Tribunal Distrital de Essen rejeita a ação civil contra a RWE. A Corte entendeu que a conduta da empresa alemã não poderia ser considerada, no aspecto do nexo de causalidade, uma condição *sine-qua-non*, ou seja, a ação da ré poderia ser

¹ Saúl versus RWE - The Case of Huaraz Disponível em: <https://germanwatch.org/en/huaraz>. Acesso em 05/11/2018.

considerada uma causa cumulativa para o aumento dos gases de efeito estufa, não aquela causa principal que resultou nos danos ao local.²

- **26.01.2017:** Saúl Luciano Lliuya interpõe recurso para o Supremo Tribunal Regional de Hamm contra a decisão negativa do Tribunal Regional de Essen.
- **13.11.2017:** O recurso no Superior Tribunal Distrital de Hamm agendou uma audiência oral.
- **30.11.2017:** O Tribunal Superior Regional Hamm anuncia sua decisão de ingressar na fase probatória. A Corte solicitou que fossem respondidos os seguintes quesitos:
 - a) Por causa do significativo aumento da expansão do volume do lago de Pacacocha, existe uma séria e iminente interferência na propriedade do autor, localizada em terreno abaixo, de inundação ou de ser atingida por deslizamento?
 - b) As emissões de CO₂ liberadas pelas usinas de propriedade da ré na atmosfera causam, como lei da física, a concentração atmosférica de gases de efeito estufa?
 - c) O aumento da concentração de moléculas de gases de efeito estufa causam a diminuição no escape do calor da Terra, o que por sua vez causa o aumento da temperatura global?
 - d) Por causa do conseqüente aumento das temperaturas localmente, existe um acelerado derretimento da geleira de Palcaraju? O tamanho da cobertura de gelo diminuiu e o volume de água aumentou tanto que não pode ser retido pelas morainas glaciares (entendidas estas como o amontoado de pedras, a carga sedimentar que o gelo transporta, formando acumulações e que formam faixas escuras ao longo das geleiras)?
 - e) A proporção da causa parcial em relação ao nexos causal é mensurável e calculável? Soma 0,47% hoje? A diferença proporcional da causalidade parcial, se observada, deve ser determinada e declarada pelo perito.³
- **25.02.2018 e 14.03.2018:** O Superior Tribunal Regional de Hamm rejeita duas declarações de objeção apresentadas por advogados da RWE contra a Ordem do Tribunal para a

² Lliuya v. RWE AG. **Sabin Center for Climate Change Law**. Columbia Law School. Disponível em: http://wordpress2.ei.columbia.edu/climate-change-litigation/files/non-us-case-documents/2016/20161215_Case-No.-2-O-28515-Essen-Regional-Court_decision-1.pdf. Acesso em 05/11/2018.

³ The Huaraz Case (LLUYA V. RWE). German Court Opens Recourse to Climate Law Suit Againsts Big CO₂-Emitter. **Climate Law Blog**. Sabin Center for Climate Change Law. Columbia Law School. Disponível em: <http://blogs.law.columbia.edu/climatechange/2017/12/07/the-huaraz-case-lluya-v-rwe-german-court-opens-recourse-to-climate-law-suit-against-big-co2-emitter/>. Acesso em: 05/11/2018.

Audiência de Provas e afirma mais uma vez: danos climáticos podem dar origem à responsabilidade corporativa.

- **Atual:** Autor e réu apresentaram suas propostas de peritos para o Tribunal Superior Regional de Hamm e agora estão à espera de uma decisão pelo Tribunal para que possa iniciar, finalmente, a atividade probatória por meio da perícia.

OBJETO DA AÇÃO

Lluya acionou judicialmente a empresa alemã de energia com o objetivo de ter reconhecida a responsabilidade de RWE pelos danos causados ao meio ambiente em decorrência das mudanças climáticas. Um desses danos, o derretimento de áreas glaciais nos Andes, afeta diretamente a vida do peruano e de sua comunidade, que se situa em área de risco.

O local, na cidade de Huaraz, no Peru, fica próximo ao lago Palcacocha, cujos níveis tem aumentado nos últimos anos devido ao derretimento mencionado, podendo ocasionar uma enchente que devastaria a região. Diversas ações foram implementadas visando conter os níveis do Lago e prevenir um desastre decorrente de uma enchente.

Segundo a fundamentação do autor, RWE seria uma das muitas empresas responsáveis por tais danos, uma vez que sua atividade, ao emitir elevados níveis de gases de efeito estufa na atmosfera, contribui para o efeito estufa e para o aquecimento global, que têm consequências práticas prejudiciais à vida humana, como o risco experienciado por ele em sua cidade.

Assim, o pedido principal da ação proposta por Lluya é que a ré seja obrigada a suportar os custos referentes às medidas preventivas que foram adotadas em relação ao aumento perigoso dos níveis do lago Palcacocha de forma proporcional à sua contribuição ao dano, isto é, à sua parcela nas emissões globais de gases de efeito estufa, correspondente a aproximadamente 0,5%.

Como pedidos alternativos, foram apresentados, nessa ordem: (i) que a ré fosse obrigada a implementar medidas adequadas para garantir que o volume do lago Palcacocha fosse reduzido, considerando a proporção já descrita; (ii) que a ré fosse condenada a pagar €17.000 para as autoridades locais a título de contribuição com as medidas preventivas adotadas; (iii) que a ré fosse condenada a pagar €6.384 para o autor, como compensação pelos danos sofridos diretamente por ele.

O cerne da fundamentação do autor é a necessidade de responsabilização das empresas poluidoras pelos danos causados ao meio ambiente e, mais especificamente, ao clima global. Sustenta que a atividade desenvolvida pela RWE, importante grupo empresarial europeu, consistente na produção de energia, contribuiu no passado e continua contribuindo no presente para as mudanças climáticas, pois os gases emitidos intensificam o efeito estufa e, conseqüentemente, o aquecimento global, que, entre outras conseqüências, provoca o derretimento de gelo na região dos Andes.

As alegações do autor são subsidiadas por estudos previamente publicados sobre as principais emissoras de gases de efeito estufa, o qual concluiu que a RWE, em toda sua história, emitiu aproximadamente 0,5% dos GEEs que foram lançados na atmosfera desde o desenvolvimento industrial.

Por todo o exposto, a demanda aqui analisada pode ser caracterizada como um litígio climático, uma vez que: (i) o pedido está diretamente relacionado a uma conseqüência observada no plano prático, na vida humana, do aquecimento global; e (ii) a fundamentação que justifica o pedido remete às causas das mudanças climáticas.

A ré alega que a demanda não procede pois não há nexos causal entre sua atividade e o suposto risco de alagamento do lago glacial e que não existe fundamento legal para responsabilização por poluição ambiental no sentido geral, amplo, inespecífico.

SENTENÇA

O Tribunal Distrital de Essen rejeitou a ação contra a RWE determinando a ação parcialmente ilegítima e parcialmente carente de fundamentação.

O pedido principal proposto por Lliuya, de que a ré seja obrigada a suportar os custos das medidas preventivas adotadas para evitar o aumento do nível do lago Palcacocha na proporção de sua contribuição ao dano, foi considerado ilegítimo, pois não identifica claramente o objeto da ação de forma a delimitar a jurisdição da corte e estabelecer os efeitos alcançados pela decisão, para que a decisão possa ser executada coercitivamente. A petição inicial deveria especificar qual a conduta depreciativa deve ser reparada e em que grau a fim de que seja assegurado o devido cumprimento da decisão. Portanto, a ação que vise a interrupção ou reparação de uma conduta prejudicial deve conter os mesmos requisitos de um pedido destinado a obter a execução de uma obrigação.

Apesar do requerente pedir que o valor do dano causado pelo acusado seja determinada pela corte, o requerente solicita que o valor da indenização seja calculada com base nos custos das medidas de prevenção às enchentes e não na extensão do dano causado. O tribunal entendeu que essa norma não pode ser aplicada para determinar a responsabilidade do réu, mas, apenas, para acertar a extensão do dano.

O primeiro e o segundo pedidos alternativos, que a ré fosse obrigada a implementar medidas adequadas para garantir que o volume do lago Palcacocha fosse reduzido e que a ré fosse condenada a pagar €17.000 para as autoridades locais a título de contribuição com as medidas preventivas adotadas, respectivamente, também foram considerados ilegítimos pelos mesmos fundamentos do pedido principal. No primeiro, não especifica-se a indenização pretendida referente à extensão do dano causado e, no segundo, não está claro à quem a indenização deve ser paga, visto que não há constituída uma Associação das autoridades locais ou quaisquer outro grupo específico competente para receber a reparação.

Já o terceiro pedido alternativo, que a ré fosse condenada a pagar €6.384 para o autor, como compensação pelos danos sofridos diretamente por ele, possui especificidade, no entanto carece de fundamentos que relacionem de forma clara as ações da ré com o dano sofrido.

A princípio, o proprietário que reparou prejuízos causados a sua propriedade pode pedir que seus gastos sejam compensados pelo causador do dano. No entanto, não é possível estabelecer o nexo de causalidade entre a conduta da RWE e o prejuízo percebido.

Segundo o princípio da “conditio sine qua non” qualquer ação ou omissão essencial a existência do fato, se não verificada, deveria resultar na não ocorrência do fato em questão. Assim, para que a conduta da RWE seja considerada essencial, na hipótese em que a RWE não tenha emitido gases de efeito estufa, as alterações climáticas e o aumento do nível do lago Palcacocha não deveriam ocorrer. No entanto, ainda que a RWE emita quantidades significativas de gases de efeito estufa, as alterações climáticas são resultado da cumulação da liberação de diversos gases por inúmeras fontes emissoras, não podendo ser imputadas a uma única fonte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES

Campeño de Perú denuncia a RWE por el cambio climático. **Deutsche Welle**. Alemanha, 25 de nov. de 2016. Disponível em

<<https://www.dw.com/es/campesino-de-per%C3%BA-denuncia-a-rwe-por-el-cambio-clim%C3%A1tico/a-36528689>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.

Lluya v. RWE AG. **Climate Case Chart**. USA, 2015. Disponível em:

<<http://climatecasechart.com/non-us-case/lluya-v-rwe-ag/>>. Acesso em: 01 de nov. de 2018.

This Peruvian Man is Suing an Energy Company Over Climate Change (HBO). **Vice**. USA, 21 de mar. de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oAcJile4Idk>>. Acesso em: 02 de nov. de 2018.

IWASAKI, Fernando. El ciudadano Saúl Lluya contra el calentamiento global. **El País**. España, 29 de mar. de 2018. Disponível em:

<https://elpais.com/elpais/2018/03/22/eps/1521724688_709492.htm>. Acesso em: 03 de nov. de 2018.